

O trabalho do assistente social no contexto da crise do capital: problematizações necessárias

The work of the social worker in the crisis of capital: required problematizations

Lindamar Alves Faermann*

Resumo – Este artigo aporta reflexões sobre as condições de trabalho do assistente social nos marcos do capitalismo vigente. Considerando que o Serviço Social só pode ser entendido em sua densidade histórica no âmbito da sociabilidade capitalista, discute-se a profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, particularizando sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, reconhecendo o assistente social como um trabalhador assalariado. O texto centra-se em duas partes articuladas e complementares. A primeira problematiza, a partir de uma pesquisa teórica, a crise atual do capital e seus impactos na vida social, notadamente no mundo do trabalho. A segunda evidencia dados sobre a realidade de trabalho dos assistentes sociais nesse contexto, tendo por base uma pesquisa quanti-qualitativa realizada com 45 profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social; trabalho; crise do capital.

Abstract – This article provides reflections on the working conditions of the social worker in the landmarks of contemporary capitalism. Whereas social services can only be understood in its historical density within the framework of capitalist sociality, this profession is discussed in the process of production and reproduction of social relations, emphasizing its insertion into the socio-technical division of labor and recognizing the social worker as a wage worker. The text focuses on two articulated and complementary parts. The first one explains, from a theoretical research, the current crisis of capital and its impact on social life, especially in the domain of labor. The second one shows data about the reality of activities of social workers, based on a quantitative and qualitative research conducted with 45 professionals.

Keywords: Social Work; labor; crisis of capital.

* Assistente Social, doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade de Taubaté. Atualmente coordena o Curso de Serviço Social da UNITAU. *Correspondência:* Universidade de Taubaté – UNITAU. Departamento de Serviço Social - Rua Visconde do Rio Branco, 22. Cidade: Taubaté - SP – CEP: 12020-040. *Email:* <lindafaermann@yahoo.com.br>

Introdução

A discussão expressa neste artigo tem como eixo norteador reflexões decorrentes de uma pesquisa¹ realizada com assistentes sociais que trabalham na cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo. Buscou-se, através deste estudo, levantar o perfil dos profissionais, suas condições e relações de trabalho, bem como identificar como a instrumentalidade vem sendo apropriada em seu cotidiano profissional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa com 45 profissionais.

A pesquisa foi organizada de modo a se aproximar da realidade concreta vivenciada pelos assistentes sociais. Para a coleta dos dados utilizou-se um questionário, o que permitiu abranger uma quantidade maior de sujeitos em menor espaço de tempo, ampliando o universo investigado. O instrumental foi encaminhado para os assistentes sociais por correio eletrônico.

A análise do material coletado foi subsidiada por fontes bibliográficas e por um exame criterioso da realidade, em seu movimento e em suas contradições. Desse modo, adotou-se como perspectiva a lógica dialética, assumida como método para análise concreta dos fatos reais, isto é:

[...] como *maneira de pensar* as relações dos homens na sociedade, tendo por ponto de partida a análise crítica dos dados factuais. Nesse processo, o sujeito que pesquisa deve ser *fiel* ao objeto pesquisado, sendo que esta fidelidade não significa retratar o objeto, mas, a partir de sua apreensão, desmontá-lo (analisá-lo) para compreender seu *movimento* e sua *estrutura*. (BAPTISTA, 2009, p. 47 – grifos da autora).

Essa perspectiva, caracterizada como método de investigação e de exposição do real, abarca o movimento contraditório da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos sociais. Além disso, contempla, no processo investigativo, a “articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade” (PRATES, 2003, p. 2).

Por se tratar de uma pesquisa orientada pelo materialismo histórico e dialético, a articulação dos dados teóricos e empíricos tornou-se fundamental para explicar os fenômenos estudados, pois, segundo Lefèbvre (1991, p. 211), o “ser qualitativo considerado em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a qualidade não se modifica”.

Vale ressaltar que, embora se trate de uma pesquisa regionalizada, os resultados obtidos apresentam indicadores que conformam a realidade

¹ Esta pesquisa é fruto da tese de doutorado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em setembro de 2014, sob orientação da Prof. Dra. Myrian Veras Baptista. Para a estruturação deste artigo, elegeu-se parte da análise empreendida no referido estudo, centrando-se na discussão sobre o trabalho do assistente social no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais.

de trabalho do assistente social no Brasil (TRINDADE, 2010; CFESS, 2005). Partindo do pressuposto de que a análise do Serviço Social requer uma remissão direta aos processos sociais mais amplos e às relações entre Estado e sociedade, o estudo perpassou necessariamente pela contextualização econômica, política, social e cultural em que se insere o trabalho dos assistentes sociais na atualidade.

Na composição desse artigo, discute-se inicialmente sobre a crise atual do capital, centrando nas expressões particulares que assume no Brasil e seus impactos no Serviço Social. Em seguida, são apresentados dados e informações resultantes da pesquisa que apontam para as configurações atuais do trabalho profissional.

Notas sobre a crise mundial do capital: implicações sociais contemporâneas

Para o entendimento da crise contemporânea do capital tornou-se consenso, e por certo necessária, a análise das mudanças gestadas no modo de produção e de acumulação capitalista, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, bem como de suas implicações no conjunto da vida social. É abundante a literatura que versa a respeito das transformações ocorridas nas sociedades capitalistas em sua fase monopolista, em virtude da crise mundial instalada no sistema de produção, acumulação e concorrência – resultado do esgotamento do modelo fordista-keynesiano –, que se estendeu até o início dos anos 1970.

A crise mundial do sistema capitalista de base taylorista-fordista e sua substituição pelo regime de produção flexível (toyotismo) instituíram profundas alterações no mundo do trabalho, em suas formas de organização, regulação e gestão, impondo redefinições no âmbito do Estado e das políticas públicas. As estratégias de controle dessa crise, já amplamente conhecidas, foram efetuadas por meio do projeto neoliberal, cujo foco foi o combate ao Estado de Bem-Estar Social e o ordenamento da globalização financeira.

Oponto-se ao período conhecido como os “30 anos gloriosos do capitalismo” – denominado por Mandel (1990) como “onda longa expansiva”, que permitiu um alto nível de concentração de capital e de crescimento econômico, possibilitando a redução da desigualdade social nos países centrais –, a crise de 1970 descerrou uma fase de restauração do capital, com amplas consequências para a economia mundial. Consta-se, desde então, um período de intensa instabilidade econômica, em especial a partir de 1980.

Esse período marca uma nova fase do capitalismo, denominada por Chesnais (1996) de mundialização do capital, traduzida pelo aprofundamento do seu processo de internacionalização e premido pela hegemonia do capital financeiro. Tal lógica passou a condicionar as demais formas do

capital, indicando uma articulação entre elas. Assim, a nova fase de acumulação capitalista passou a ser “capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a ‘nova’ roupagem, rebatizado de neoliberalismo” (SALVADOR, 2010, p. 5).

O rebatimento dessa crise no Brasil é enunciado no início dos anos de 1990, quando a elite brasileira ocupou os espaços políticos decisórios para difundir as ideias contidas na agenda neoliberal. Esse processo vai se intensificar a partir desse período, como resultado da integração do país ao mercado globalizado, no estágio de acumulação flexível do capital.

Cabe destacar que o Brasil participa dessas transformações com refrações derivadas da sua própria conjuntura, combinadas com particularidades de sua condição periférica e de suas formas de articulação às relações capitalistas. Assim, as transformações se processam mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial e pelas particularidades de sua formação sócio-histórica.

Enquanto o Brasil e alguns países latino-americanos (muitos herdeiros de sangrentas e violentas ditaduras) saem no cenário político e fazem conquistas reais, esse processo colide com a crise que afeta os países centrais e, particularmente, com as diretrizes estabelecidas sob o viés neoliberal, que têm no Consenso de Washington o seu principal paradigma.

Por um lado, em 1988, o Brasil institui a Constituição Federal, conhecida como “Constituição Cidadã”; por outro, na contramão desse processo, no final de 1989, sob o governo de Fernando Collor de Melo, o país se rende ao conjunto de ajustes macroeconômicos, configurando sua inserção definitiva na ordem econômica mundial. Nesse sentido, o sistema de seguridade social no Brasil, antes mesmo de ser operacionalizado, começa a sofrer a erosão dos princípios consagrados na Carta Magna.

No campo profissional do Serviço Social, constata-se de imediato a contradição entre as propostas de trabalho da profissão e as propostas de uma economia altamente racional, alinhada às transformações em curso, que promovem em primeira instância o ataque aos direitos sociais conquistados na Constituição Federal. Nesse cenário, agudizam-se as expressões da questão social, manifestas pela vivência dos sujeitos-usuários que buscam os serviços nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, onde os assistentes sociais atuam. Portanto, as alterações observadas e vivenciadas a partir de então

[...] têm raízes nesses processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os Estado Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2009, p. 343).

A mundialização do capital permitiu, com suas estratégias, sistemas e dinâmicas, atravessar continentes, reconfigurando os Estados tanto nos

países centrais quanto nos periféricos, com efeitos diferenciados mediados pelas realidades e características de cada um.

Para Chesnais (1996), estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou, de modo específico, o funcionamento do capitalismo. O que a mundialização do capital indica, destaca o autor, é que estamos diante da globalização de uma massa de dinheiro que se valoriza, seja por meio da produção de mercadorias, seja aquele que se valoriza conservando a forma dinheiro – neste caso, os mercados financeiros. Portanto, a mundialização do capital vai demarcar a nova etapa de internacionalização capitalista, isto é, a globalização dos investimentos e da produção. Para o autor,

O triunfo atual do ‘mercado’ não teria sido possível sem as intervenções políticas repetidas de instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos (em primeiro lugar, os membros do G7). Por meio de uma articulação estreita entre o político e o econômico é que as condições para a emergência dos mecanismos e das configurações dominantes desse regime foram criadas. (CHESNAIS, 1997, p. 24 – grifos no original).

Chesnais (1997) ressalta que as características da economia mundial que particularizam o regime de acumulação predominantemente financeira, sobretudo a partir dos anos 1990, são as baixas taxas de crescimento do Produto Bruto Interno (PIB), inclusive em países centrais; a deflação; a instabilidade na conjuntura global, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros; os elevados níveis de desemprego; a marginalização de regiões inteiras, em relação ao sistema de trocas; e a elevada concorrência internacional.

Nas novas condições sócio-históricas de crise do padrão de acumulação do capital, o autor pontua que a intensificação da tendência decrescente da taxa de lucro exige, como respostas, o crescimento e o predomínio do capital constante sobre o capital variável, alterando significativamente a composição orgânica do capital e acirrando as contradições da ordem burguesa.

A exigência na esfera da produção é a de reduzir custos e de ampliar as taxas de lucros para enfrentar a tendência de queda da taxa média de lucro, intensificada pelo crescimento do capital constante. Nesse sentido, o que a atual crise explicita é a instabilidade estrutural do sistema mundial do capital, imerso em antinomias orgânicas.

Mészáros (2002, p. 796-797) qualifica a crise atual como uma crise estrutural, em que a ordem sociometabólica do capital defronta-se com os seus limites absolutos, visto que ela “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”.

Em suas reflexões, adverte que o capitalismo esgotou o seu caráter civilizatório de expansão e avança para o nível exorbitante da exploração da força de trabalho, da desigualdade e da barbárie. Como esse sistema conta com poucos meios para se expandir, tem colocado em risco a própria vida humana, assinalando que, quanto mais aumenta a competitividade e a concorrência intercapitais, mais prejudiciais são suas consequências. Destas, ressaltam-se a precarização do trabalho e a degradação do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, circunscrita aos ditames do capital.

Há que se considerar que, sob a ótica do capital, a crise significa riscos e oportunidades históricas para reestruturações sistêmicas, objetivando a expansão desenfreada da forma-valor. Por isso ela expressa o rearranjo da contradição capital *versus* trabalho.

Segundo Mészáros (2002, p. 216), diferentemente de momentos anteriores, em que havia possibilidades de deslocamento das contradições do capital e estas foram aproveitadas, a partir dos anos 1970 o desenvolvimento da reprodução do capital alcançou “seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente”.

Nesses termos, trata-se de uma crise expansionista, destrutiva e, no limite, incontrolável. O autor destaca que a incontrolabilidade é uma categoria ontológica do sistema capitalista, uma vez que sua lógica de funcionamento não depende da vontade pessoal. Como o sistema capitalista não tem limite para prosseguir, trabalha apenas com os efeitos (*post festum*). Daí a razão máxima da consciência capitalista ser a de restaurar o sistema.

De acordo com Mészáros (2002), a novidade histórica da crise contemporânea se manifesta em quatro aspectos principais. Embora seja longa a citação do autor, torna-se emblemática, para evidenciar sob a sua ótica as particularidades da crise estrutural do capital:

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc. (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e no ‘deslocamento’ mais ou menos

temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉS-ZÁROS, 2002, p. 795-796).

Nas palavras do autor, são essas as características da crise estrutural do capital nas últimas quatro décadas. O capitalismo mundial, delineado pela financeirização, acumulação flexível, neoliberalismo e sociometabolismo da barbárie, constituiu-se como forma histórica determinada na contemporaneidade no bojo desta crise.

Iamamoto (2007) ressalta que, para enfrentar essa crise, o capitalismo avançou em sua tarefa de internacionalizar a produção e os mercados, acirrando ainda mais as desigualdades sociais. A perda da rentabilidade fez com que o capital se deslocasse do setor produtivo para a esfera financeira, agindo de forma especulativa. De acordo com essa autora, os países centrais impuseram ajustes estruturais (por intermédio dos organismos multilaterais) aos Estados, com medidas que permitiram passagem livre ao capital especulativo financeiro, isento de regulamentações e direcionado ao lucro dos grandes capitalistas.

As modificações gestadas no sistema financeiro internacional levaram os bancos, a partir dos anos 1980, a adotarem estratégias para garantir formas de acumulação em um cenário de elevada concorrência no setor bancário. Constata-se, após esse período, um impetuoso crescimento do mercado de câmbios e de títulos em escala global.

As mais recentes novidades do mercado financeiro global são os chamados *hedge funds*² e os fundos de pensão e de investimento. Outrossim, continuam tendo papel importante nessa fase do capitalismo as grandes corporações e os bancos centrais dos países desenvolvidos. Esses organismos movimentam montantes impressionantes de riquezas na sua forma líquida, objetivando a valorização crescente dos seus fundos em curtos prazos.

Contudo, lembra Salvador (2010) que, dada a vulnerabilidade do sistema financeiro atual, regulamentado pelas transações especulativas, pela flexibilidade dos preços dos ativos financeiros e pela política monetária restrita à taxa de juros, pode-se desencadear o risco sistêmico, provocando a reestruturação global das instituições financeiras. Assim, o efeito dominó mundial é perigo constante em tempos de globalização financeira.

Não sem reservas que, desde 2007 e 2008, os países capitalistas vêm enfrentando uma crise de extensas proporções. Para além de uma crise financeira, como muitos analistas a examinam, trata-se de uma crise estrutural do capital, de proporções comparáveis à crise de 1929 (MÉS-ZÁROS, 2002). As análises totalizantes consideram-na como uma crise global com amplas dimensões, que afetam o conjunto da vida social.

² *Hedge fund*, em português, significa fundos de cobertura. É uma forma de investimento especulativo e de alto risco. Está entre as aplicações financeiras mais agressivas disponíveis no mercado de capitais. Os investidores fornecem grandes quantias de dinheiro a uma empresa especializada em economia, para que ela invista em ativos financeiros que lhes rendam lucros.

Desde então, a economia americana passou a conviver com subseqüentes crises bancárias, além da quebra da Bolsa de Valores em 1987, as intensas quedas da Bolsa em 2000 e 2001 e a crise imobiliária no final do século XX, que se repetiu em 2007 e 2008 com o estouro da bolha de títulos imobiliários nos EUA. Estudos revelam que a bolha especulativa foi gerada a partir da emissão de um enorme volume de títulos imobiliários norte-americanos. Desde meados dos anos 1990, o mercado imobiliário dos EUA foi expandindo-se consideravelmente. A partir de 2001, essa expansão vê-se acelerada em decorrência das baixas taxas de juros. Os preços dos imóveis foram aumentando constantemente até o ano de 2006, quando começam a cair. Nesse mesmo ano, são visíveis os problemas no setor de financiamento imobiliário, dado o alto índice de inadimplência. O aumento da oferta de imóveis levou à queda dos preços, que exacerbou a inadimplência e gerou a crise.

Entre 1990 e 2007, foram seis crises baseadas no estouro de bolhas especulativas. O ritmo da acumulação de capital foi bastante desigual nesta fase. As economias desenvolvidas apresentaram um crescimento modesto, embora as taxas não tenham sido homogêneas. Extensas áreas da periferia, sobretudo na América Latina e na África, tiveram um desempenho medíocre, apresentando retrocessos sociais e econômicos significativos, enquanto várias economias do leste asiático apresentaram um crescimento acelerado. (CORSI, 2010, p. 17).

Essa situação espalhou-se rapidamente para a economia mundial, cujo centro propagador dessa crise foi o próprio coração do sistema capitalista. A forte queda do movimento especulativo no mercado de ações de Nasdaq, em 2000, foi o indício de que a crise sistêmica tinha alcançado o núcleo do capitalismo.

No momento em que a crise explodiu, havia, nos EUA, aproximadamente 12 trilhões de dólares em empréstimos imobiliários. Parte significativa desse montante constituía-se de títulos hipotecários insolventes³. Dessa feita, a excessiva “inadimplência evidenciou que bancos, fundos de investimentos e pensão e companhias de seguros poderiam estar com suas carteiras carregadas de títulos ‘podres’” (CORSI, 2010, p. 39).

No final de 2008, a crise intensificou-se. A falência do tradicional banco de investimentos Lehman Brothers foi a expressão desse processo, considerado um dos maiores operadores de empréstimos a juros fixos de Wall Street, com fortes investimentos em títulos ligados ao mercado do chamado *subprime* (crédito imobiliário para pessoas avaliadas com alto risco de inadimplência).

³ Condição que se encontra o devedor (indivíduo, grupo ou sociedade) cujo patrimônio apresenta um passivo superior ao ativo, portanto, apresenta grande risco de inadimplência.

Já em meados de 2009, a economia mundial pareceu dar sinais de recuperação. No segundo trimestre desse mesmo ano, o PIB norte-americano cresceu 1%, diante de uma queda de quase 7% no trimestre anterior. Outros países, como a França, a Alemanha e o Japão, também obtiveram crescimento em suas economias. O ocorrido, como lembra Corsi (2010, p. 41), foi o suficiente para os “arautos do capitalismo, em especial os do capital financeiro, além de alardear que o pior já tinha passado e que a economia mundial caminhava sóbria para uma recuperação consistente, retomar a velha cantilena liberal”.

No entanto, a situação voltou a se agravar nos primórdios de 2010, quando a Grécia se viu diante de um ataque especulativo que atingiu também Irlanda, Espanha, Portugal e Itália, entre outros países, que hoje estão no epicentro da crise do capital. Esses países perceberam-se obrigados à aplicação de planos de austeridade fiscal, sob a imposição do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio e da Comunidade Europeia, chocando-se com históricas conquistas nacionais no campo dos direitos sociais.

Na particularidade do mundo do trabalho, os resultados desse cenário foram devastadores. Expandindo a acumulação, a centralização do capital amplia as transformações qualitativas na composição técnica do capital, levando a um crescimento de sua parte constante em relação à sua parte variável, reduzindo, desse modo, a demanda relativa de trabalho. Assim, o desemprego e a precarização do trabalho foram/são efeitos concretos desse processo, constituindo-se não apenas como alavanca da acumulação capitalista, mas como condição à sua manutenção. Nesse sentido, diz Marx (1978, p. 732) que,

Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa de trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles.

Dados recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2013, evidenciam que o número de desempregados no mundo aumentou em 4,2 milhões, atingindo 197 milhões de pessoas. As previsões indicam que a recuperação da economia mundial não será suficiente para reduzir a taxa de desemprego rapidamente, estimando que o número de indivíduos em busca de trabalho aumentará em mais de 210 milhões durante os próximos cinco anos.

Para os jovens, as expectativas de inserção no mercado de trabalho permanecem desalentadoras. São quase 74 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos desempregadas no mundo, representando um percentual de 12,6%. No tocante a essa particularidade, constata-se, ainda, o aumento de jovens

desempregados por longos períodos. A pesquisa revela que 35% dos jovens, nos países de economias avançadas, ficam sem emprego durante seis meses ou mais. Como resultado desse processo, muitos abandonam o mercado formal de trabalho e ficam sem expectativas de futuro.

Os dados da OIT também revelam que o número de trabalhadores pobres vem diminuindo; por outro lado, aumentou em 142 milhões o número de trabalhadores em situação de miséria, isto é, trabalhadores que vivem com 2 a 4 dólares por dia, sem nenhuma cobertura de seguridade social, somando um total de 661 milhões de pessoas no mundo. Nesse sentido, embora tenham sido muitos os artifícios utilizados pelo capitalismo para se recompor da crise dos anos 1970, a mundialização do capital

[...] não garantiu um desempenho elevado para a economia mundial. Desde o início da década de 1980 até 2003, a economia mundial apresentou um desempenho sofrível, apesar das profundas transformações que se processaram no sistema capitalista nesse período. A reestruturação do capitalismo não conseguiu reverter por um longo período o quadro de lento crescimento, com algumas regiões apresentando forte crescimento, enquanto outras apresentam um desempenho medíocre. (CORSI, 2010, p. 27-28).

Corsi (2010) ainda destaca que, entre 1991 e 2003, os países em desenvolvimento do Leste Asiático cresceram em média 6% ao ano, enquanto que, no mesmo período, a América Latina cresceu em média 2,7% ao ano. Para ele, a expectativa neoliberal de que o equilíbrio fiscal, a inflação controlada, a abertura dos mercados, as privatizações e a restrição da intervenção do Estado na economia gerariam um crescimento acelerado e estável, com baixo desemprego, salários reais crescentes e incremento da produtividade, nem de longe se concretizaram.

A fase de expansão da economia mundial, iniciada em 2003, suspendeu temporariamente a tendência de baixo crescimento instalada desde os anos 1980, indicando alterações na dinâmica do capitalismo: disseminou-se o crescimento econômico, e o Leste Asiático, em particular a China, conformou-se como um dos centros mais importantes de acumulação do capital, influenciando a economia de países da América Latina via incremento das exportações. Porém, em 2007 e 2008 – conforme já assinalado – o mundo capitalista viu-se abalado por mais uma crise financeira de consequências ainda não dimensionadas.

O cataclismo econômico tem como epicentro os Estados Unidos. A crise teve origem nos empréstimos hipotecários norte-americanos, se arrastando inicialmente para os bancos de investimentos, as seguradoras e os mercados financeiros, enfim, a crise se espalhou rápido pela economia dos Estados Unidos e atinge, atualmente, a Europa e o Japão. Os desdobramentos são para a economia global, que entra em recessão. (SALVADOR, 2010, p. 7).

É evidente que o impacto da crise mundial não se processou (nem se processará) do mesmo modo e na mesma proporção nos diferentes países capitalistas, tendo em vista sua sujeição a um complexo conjunto de fatores. Estes, segundo Gonçalves (2012), relacionam-se à natureza e extensão dos mecanismos de transmissão (contágio e choques), à capacidade de resistência de cada país diante das pressões, aos fatores desestabilizadores e choques externos, ao que se chama *policy space* (espaço da política), assim como às respostas de políticas de ajuste. No entanto,

Resguardadas as particularidades nacionais, as economias capitalistas europeias e latino-americanas que materializam a cartilha do neoliberalismo a partir da década de 1970 se deparam hoje com a perspectiva de uma longa recessão ou de reduzidas taxas de crescimento, desemprego de massa e de longa duração, precarização do trabalho e redução dos salários. (BOSCHETTI, 2012, p. 33).

Na América Latina, por exemplo, o período ascendente da economia mundial, de 2003 a 2008, favoreceu seu desempenho econômico, possibilitando, por parte do Estado, a aplicação de políticas para a redução das desigualdades sociais. Contudo, ainda que se constate a melhoria da situação nessa região, a partir dos anos 2000, os países não estão avançando no sentido de superarem seus graves problemas sociais. Segundo Gonçalves (2012, p. 19),

Apesar de haver queda da desigualdade na América Latina na primeira metade do século XXI, os países da região continuam com os mais elevados indicadores da desigualdade de renda no mundo. Para ilustrar, em meados desta década, quatro entre os cinco países com maior desigualdade estão na região (Colômbia, Bolívia, Honduras e Brasil).

Quanto à economia brasileira, Salvador (2010) pontua que o Brasil não escapou da crise financeira internacional; porém, foi um dos últimos países a ser atingido e um dos primeiros a sair dela. Isso se justifica por vários motivos. Entre eles, menor endividamento, se comparado às economias mundiais mais ricas, além de ser um grande produtor de *commodities*⁴, ramo que vem crescendo consideravelmente no país, atraído pelas importações da China, atualmente o maior parceiro comercial do Brasil.

Além disso, o autor esclarece que houve uma significativa expansão no volume de operações de créditos no Brasil, tanto que a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) registrou que, em dez anos, o volume de crédito elevou sua participação como proporção do PIB de 24,7%, em 2003, para 55,2%, em 2013. Porém,

⁴ *Commodities* – em inglês – significa mercadoria. Pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são produzidas por diferentes produtores e têm características uniformes. Geralmente, são produtos que podem ser estocados por um determinado período sem que haja perda da qualidade.

alerta que essa situação poderá indicar problemas de endividamento – fato já constatado.

Dados recentes de 2013, fornecidos pelo Banco Central, apontam que o endividamento da população brasileira voltou a crescer. O total de dívidas das famílias representa 45,1% de sua renda acumulada em um ano. Esse é o maior percentual dentre os estudos realizados desde janeiro de 2005, quando o patamar de endividamento indicava 18,39%. Desde então, o endividamento das famílias tem aumentado constantemente.

Atrelado à ampliação do crédito no Brasil, Salvador (2010, p. 15) também aponta o potencial do consumo interno, viabilizado pelas políticas sociais no campo da seguridade social, como a previdência e a assistência social. Os recursos destinados a essas políticas “foram responsáveis pela injeção de R\$ 257,2 bilhões na economia em 2009, o que garantiu a continuidade do consumo, independentemente da renda advinda do trabalho”.

A esse respeito, Boschetti (2012) salienta que as políticas de redução da pobreza, por meio da chamada proteção não contributiva, via programas assistenciais de transferência de renda, estão sendo utilizadas não apenas no Brasil, mas também em vários países da América Latina e da Europa, como estratégias para garantir o consumo e enfrentar a crise.

Ao analisar os programas de transferência de renda no Brasil, a autora afirma que, se por um lado é expressivo o contingente de pessoas atendidas nesses programas, por outro lado é inexpressivo o percentual do PIB aplicado, ou seja, de apenas 0,4%. Trata-se “nitidamente, de um ‘pobre’ programa que ‘custa pouco’, não atinge a estrutura da desigualdade, mas possui forte impacto político” (BOSCHETTI, 2012, p. 52).

Examinando as consequências dos ajustes neoliberais no sistema de proteção social no Brasil, os autores Silva, Yazbek e Giovanni (2004) ressaltam que os avanços e as conquistas previstas na Constituição Federal de 1988 estão sendo esvaziados gradativamente. Isto porque medidas restritivas vêm inibindo esse sistema de garantir a universalização das políticas sociais. Os autores chamam a atenção para os retrocessos de serviços, mesmo nas áreas sociais básicas, e para o fato de que, no Brasil, o sistema de proteção social caracteriza-se por sua incipiência, sendo incapaz de enfrentar as vulnerabilidades que atingem parcelas significativas da população.

Exemplo disso é o caos instalado na saúde pública em vários estados e municípios brasileiros. São situações amplamente conhecidas e divulgadas: morosidade e/ou falta de atendimento à população, constantes mortes nos hospitais, precarização das condições de trabalho dos profissionais e privatização generalizada desse setor.

No que se refere às privatizações na saúde, vale mencionar que em dezembro de 2011 foi sancionada a lei que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A partir de então, os hospitais e institutos universitários – que fazem parte da maior rede hospitalar pública do país –

passaram a ser administrados por uma empresa de direito privado. Também foram criadas as Fundações Estatais de Direito Privado e as Organizações Sociais de Saúde (OSs), traduzindo a flexibilização da gestão pública e a implementação de modelos organizacionais que seguem a lógica de mercado para gerir os serviços públicos. Essas empresas têm atuado nas três esferas governamentais, por meio da proposição de leis e de emendas constitucionais que alteram o arcabouço jurídico e os princípios que norteiam a administração pública, representando a violação do direito universal à saúde de responsabilidade estatal.

No campo da política educacional não é diferente. São muitos os problemas que a cercam. Há carência de vagas na educação infantil; estima-se a falta de 150 mil somente no estado de São Paulo. No Brasil, esse número chega a 1 milhão (CAROLINA, 2014). Já no âmbito do ensino fundamental e médio, permanecem velhos problemas em diversas escolas do país, como a má qualidade do ensino, a violência e o aviltamento das condições de trabalho dos professores. Na educação superior, destaca-se a lógica de empresariamento desse setor, a intensificação da exploração docente e a implementação massiva do ensino a distância, sem critério e sem qualidade.

Igualmente, a política habitacional no Brasil apresenta imensos entraves. O déficit habitacional é preocupante. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2013, o déficit por moradia gira em torno de 8 milhões. Cerca de 90% dos trabalhadores que não têm casa própria recebem uma renda mensal de zero a três salários mínimos. O programa *Minha Casa, Minha Vida*, considerado a principal política do governo do Partido dos Trabalhadores para responder a essa demanda, ainda é deficitário. Os recursos disponibilizados são baixos (cerca de R\$ 65 mil) e os preços dos terrenos e imóveis são altos. Em reportagem recente, a revista britânica *The Economist* anunciou que os preços dos imóveis residenciais no Brasil, em 2013, aumentaram 12,8%. Entre os 23 países pesquisados pela revista, o Brasil ocupou o segundo lugar, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, que teve alta de 13,6% no período (O GLOBO, 2014).

Por isso, no dizer de Salvador (2010, p. 16), embora o Brasil tenha apresentado um crescimento econômico acelerado nos últimos 50 anos, não foi “capaz de obter resultado da mesma magnitude dos países do capitalismo central, mantendo grande parte de sua população com condições precárias de vida e trabalho”.

No Brasil, a exponenciação da questão social a partir dos anos 1990, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva e nos limites da ideologia neoliberal, determinou uma inflexão no campo profissional em decorrência das novas demandas. Estas foram postas pelo “reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 5).

A constituição desta nova etapa do desenvolvimento capitalista aprofundou e reconfigurou a histórica precarização do trabalho, fenômeno antigo no Brasil, mas que vem assumindo novas dimensões, impactando os trabalhadores de modo geral, ainda que em graus distintos. Além disso, resguardando o caráter permanente e não mais transitório dessa condição, expressando formas de precarização típicas de países dependentes que não universalizaram os direitos sociais.

Diferentemente do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não ofereceu condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem tampouco garantiu direitos sociais ao conjunto dos trabalhadores, impossibilitando o acesso ao trabalho protegido e às condições necessárias para a reprodução social de um contingente significativo de trabalhadores. Apresentando um fraco sistema de proteção social e de elevados índices de rotatividade da força de trabalho, provenientes da informalidade e da precariedade estruturais do mercado de trabalho nacional.

Nesse contexto, ampliou-se o papel do Estado nos condicionamentos das relações sociais e da distribuição cada vez mais desigual, assumindo formas mais complexas. Conforme Netto (2001, p. 26), “o Estado funcional ao capitalismo monopolista deve garantir o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital”. Logo, o Estado tornou-se alvo de mudanças para sua adequação à lógica do capital mundializado, por meio de um amplo processo de reformas.

Sob essa direção, o Estado colocou-se a “desuniversalizar” as políticas sociais mediante ajustes fiscais, direcionando-as por uma lógica seletiva e reducionista que visa amenizar a questão social, contrapondo-se à proposta de universalização dos direitos sociais. Desse modo, transferiu as respostas às manifestações da questão social de sua esfera para a sociedade civil e para o mercado.

Nesse contexto, a ideologia dominante tem estimulado um amplo empreendimento de refilantropização do social, negando os direitos sociais como função estatal e viabilizando uma profunda despolitização da questão social ao não reconhecê-la como questão pública. Por conseguinte,

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microsituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2013, p.12)

O Estado passa a utilizar estratégias que envolvem as famílias, as organizações sociais e o campo da filantropia, renegando políticas universais. As medidas efetivadas na esfera da proteção social são reducionistas, voltadas primordialmente para situações extremas, com elevado grau de seletividade e focalização, direcionadas à miséria e à pobreza absoluta, que não impactam significativamente os níveis de desigualdade social persistentes no Brasil.

O dismantelamento do sistema de seguridade social brasileiro tem suas expressões na privatização, na descentralização e em programas assistenciais emergenciais. O que está presente nesse processo são uma nova arquitetura e uma nova pedagogia para as políticas sociais, configuradas por políticas de inserção, em oposição às políticas integradoras e redistributivas.

As medidas em curso buscam não só reestruturar os mecanismos de acumulação do capital, como também investir nos processos políticos, culturais e ideológicos formadores de uma sociabilidade alinhada à reestruturação do sistema.

Todo esse processo determinado por movimentos e por ações objetivas do capitalismo contemporâneo incide no Serviço Social. O saldo deixado pela reestruturação do capital confirma-se no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: superexploração, inserção precária no mundo do trabalho, aumento do desemprego e da miséria, múltiplas formas de violência, políticas sociais seletivas e focalizadas, redução da intervenção do Estado na sociedade e regulamentação do terceiro setor, dentre outros.

A realidade de trabalho dos assistentes sociais em São José dos Campos: indicadores que configuram as tendências gerais do mercado de trabalho no Brasil

Nesse item, são apresentadas informações sobre as condições e relações de trabalho dos assistentes sociais pesquisados, evidenciando elementos particulares e universais, objetivos e subjetivos, quantitativos e qualitativos, que constituem e exprimem a realidade em tela.

Foram emblemáticas as mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas após a crise mundial do capital nos anos 1970, impactando diretamente na vida dos trabalhadores. Essas mudanças referenciadas pelas novas configurações de acumulação do capital (acumulação flexível) promoveram alterações expressivas nas formas de organização e de gestão do trabalho. Segundo Antunes (2005), o processo de flexibilização do trabalho e dos direitos daí derivados são elementos centrais da nova morfologia do trabalho, no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. Esse processo desencadeou o desemprego estrutural, a erosão dos direitos sociais e a “desresponsabilização” do Estado no enfrentamento da questão social.

É nesse contexto que se insere o trabalho do assistente social; sua intervenção no âmbito das políticas sociais sofre rebatimentos das condições postas pelo capitalismo vigente. Um primeiro dado da pesquisa atrelado a esse contexto refere-se à faixa salarial dos profissionais. Dos 45 assistentes sociais, 18 recebem entre dois e quatro salários mínimos⁵, equivalendo a 40% do conjunto pesquisado. Na sequência, 14 profissionais recebem entre quatro e seis salários, totalizando 31, 1% dos participantes, seguido de 12 com rendimentos acima de seis salários mínimos, compondo 26,7% do universo total. Por fim, um profissional respondeu receber até dois salários mínimos.

Apurou-se que a maioria dos profissionais (71%) recebe até seis salários mínimos (SM), com concentração na faixa que não ultrapassa os quatro salários mínimos (42%), ou seja, R\$ 2.896,00. Assim, constata-se que o salário médio dos profissionais é baixo. Tal indicativo também foi evidenciado no estudo realizado pelo CFESS, no ano de 2005, sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil. Em todas as regiões pesquisadas, o nível salarial prevaleceu entre quatro e seis SMs.

Esse quadro revela um dos componentes da precarização do trabalho no Brasil, conformado pelos baixos salários. As alterações no mundo do trabalho sobre a hegemonia do capital financeiro são acompanhadas pelos prejuízos dos direitos trabalhistas e pelas perdas salariais. Evidentemente, frente à precariedade do mundo do trabalho, os salários sofrem uma queda brutal. O sistema capitalista, lembra Mézszáros (2002), funda-se na extração máxima do trabalho excedente dos produtores. Essa é a sua determinação mais profunda.

Em relação à carga horária de trabalho, 91,1% dos assistentes sociais estão cumprindo a jornada de 30h semanais, conforme a Lei n. 12.317, de 27 de agosto de 2010. Apenas quatro profissionais (o que representa 9% do total) informaram que trabalham acima desse teto.

A conquista das 30h semanais sem redução salarial foi uma vitória histórica no âmbito da categoria profissional, resultante de sua organização política representada pelo Conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso. Sabe-se que, no contexto do capitalismo, essa é uma das lutas mais importantes dos trabalhadores, na medida em que as relações estabelecidas primam pela lógica do lucro do capital e pela restrição dos direitos sociais. Por isso, para Boschetti (2011, p. 566-567),

A redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais sem redução salarial, ainda que não altere estruturalmente a organização do trabalho, possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do(a) trabalhador(a) e, ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital. Não por acaso, a implementação

⁵ Para esse cálculo, tomou-se como referência o salário mínimo nacional – R\$ 724,00.

desse importante direito vem sendo contestado judicialmente pela Federação Nacional da Saúde junto ao STF, e muitas instituições públicas resistem à sua implementação.

No tocante ao vínculo empregatício, 34 assistentes sociais (75,6%) têm vínculo regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse dado opõe-se ao estudo do CFESS de 2005, que aponta que 55,68% dos profissionais possuem vínculo estatutário. Deve-se considerar, portanto, que o mercado de trabalho do Serviço Social passou por mudanças significativas durante esse período, podendo revelar outros indicadores. Na segunda posição, aparece o vínculo estatutário; assim, 10 profissionais, representando 22,2% dos participantes, são funcionários públicos e, na terceira posição, apenas um assistente social (2,2%) é autônomo.

Vale ressaltar que, dos 34 assistentes sociais em regime celetista, 11 trabalham em uma autarquia municipal e três em uma fundação pública, totalizando 14 assistentes sociais. Embora sejam reconhecidos juridicamente como funcionários públicos, seus contratos de trabalho ocorrem via CLT, portanto eles não têm as mesmas garantias que os funcionários com vínculo estatutário.

Essa possibilidade foi outorgada por meio da Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, que suprimiu a obrigatoriedade de um único regime jurídico para os funcionários públicos. A partir de então, foi permitido o regime jurídico na modalidade estatutária, celetista ou administrativa especial. Tal emenda trouxe implicações diretas nas condições de trabalho dos funcionários públicos. Dentre elas destaca-se a questão da estabilidade no emprego que, longe de ser um privilégio, objetiva garantir a qualidade do serviço e a autonomia dos trabalhadores. Essa condição é crucial para quem atua na administração pública, pois possibilita (embora não garanta) que os funcionários exerçam suas atividades com compromisso e sem receios de coações ou de ingerências políticas, que poderiam resultar em demissões por parte dos seus superiores ou dos governantes no momento.

No âmbito do Serviço Social, pode-se dizer que a instabilidade apresenta outros agravantes. Por um lado, ela dificulta sobremaneira a organização política dos assistentes sociais. Em um contexto de profundas mudanças no mundo do trabalho, marcadas pela retração e mesmo pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, vem sendo impactada pela insegurança e pelo medo do desemprego. Por outro lado, a não estabilidade dificulta a construção de um saber específico sobre a apreensão das situações atendidas e dos modos de se atuar sobre elas.

No que se refere às formas de contratação profissional, a pesquisa revelou que 25 assistentes sociais, isso é, 55,6% dos participantes, foram admitidos via concurso público. Ao passo que 10 profissionais, representando 22,2% desse grupo, através de processo seletivo. Em seguida,

nove profissionais, compondo 20% do universo pesquisado, foi contratado mediante indicação e um profissional foi admitido após a realização de estágio em Serviço Social na instituição.

Ressalta-se que, embora 55,6% dos assistentes sociais tenham sido admitidos via concurso público (o que, à primeira vista, é de extrema importância, uma vez que essa situação oferece maior autonomia profissional), parte significativa desse grupo foi contratada sob o regime CLT, portanto, não tem os mesmos direitos e nem as mesmas condições de trabalho dos estatutários. Essa situação expressa um dos mecanismos gerenciais assumido pelo Estado brasileiro, traduzido pela flexibilização das relações de trabalho, mediante formas de contratação, sem recorrer ao concurso público e com remuneração fora dos parâmetros estabelecidos nos planos de cargos e salários.

A reforma administrativa como parte da chamada reforma do Estado, que vem ocorrendo no Brasil desde os anos de 1990, teve como marco legal a Emenda Constitucional 19/1998, que imprimiu mudanças centrais no capítulo da Administração Pública da Constituição de 1988. A estrutura da reforma instituiu regras voltadas à redução de custos e à eliminação do déficit público, englobando normas sobre o controle de gastos com pessoal e a estabilidade dos servidores, além de regras para a eficiência administrativa, por meio de critérios de flexibilização de admissão de pessoal. Desde então, o Estado brasileiro, na perspectiva de alcançar os padrões de gestão utilizados pelas empresas, e de atender aos ditames do capital financeiro, vem reduzindo os custos da máquina pública através de demissões, privatizações, terceirizações e corte de benefícios dos trabalhadores.

Nos marcos da reforma gerencial do Estado, ou de contrarreforma, nos termos de Behring (2003), amplia-se a precarização do trabalho, desencadeando um amplo processo de sucateamento dos serviços públicos. Com isso, o atendimento desses serviços, que é de responsabilidade do Estado, passou a ser visto como uma fonte de acumulação para os capitalistas. Não sem nota, o movimento do capital sobre as relações sociais liga-se a seu impulso expansionista, na busca de sua reprodução ampliada.

Constata-se uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas sociais. Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividade de outra natureza, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias. Estas substituem os direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requerem a ingerência do Estado. (IAMAMOTO, 2009, p. 366 – grifos no original).

Em relação aos profissionais cujas contratações ocorreram mediante indicação, destaca-se que seis deles atuam no terceiro setor e três na

rede privada/filantrópica. Dada a natureza dessas instituições, abrem-se brechas para as contratações por essa via. Embora essa situação seja recorrente em todas as áreas do mercado de trabalho, sendo muitas vezes avaliada como positiva para as instituições empregadoras, pode trazer sérios desdobramentos, como o estabelecimento de relações clientelistas e o exercício profissional sem a qualificação necessária. Tanto que o CFESS lançou, em 2012, uma campanha que defende o concurso público para assistentes sociais, sob a perspectiva da luta por trabalho com direitos e por entender que o concurso é um dos caminhos para assegurar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, conforme estabelecido no Código de Ética Profissional.

Quanto à natureza das instituições empregadoras, a pesquisa indicou que 29% dos participantes trabalham no setor público. Desse grupo, 24,4% trabalham em uma autarquia municipal. Comparando esse resultado com o estudo do CFESS (2005), é possível verificar semelhanças. Em nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais também atuam em instituições públicas, das quais 40,97% são do setor municipal. Assim, no Brasil, os assistentes sociais são majoritariamente funcionários públicos, atuando na formulação, planejamento e execução de políticas sociais, centralmente nas políticas de assistência social, saúde, educação e previdência.

É importante destacar que a redução dos postos governamentais de trabalho no Serviço Social, principalmente em níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios, deram-se em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos, a partir dos anos 1990. Nesse sentido, a descentralização das políticas, notadamente da assistência social, tem contribuído para o aumento do quadro de assistentes sociais no município. Um dos impulsionadores desse processo deve-se à proposição contida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – 1993) e, posteriormente, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS – 2004), sobre o reordenamento das funções entre os três níveis de governo. Ademais, a implementação do Suas em 2004 impulsionou a demanda por profissionais do Serviço Social para atuarem nesse campo.

Ainda sobre a natureza das instituições empregadoras, ressalta-se que 24,4% dos assistentes sociais inserem-se no terceiro setor; 6,7% trabalham na rede privada filantrópica; 6,7% numa instituição pública estadual; 4,4% na rede privada, seguidos de 2,2% na rede pública estadual, e igualmente 2,2% na rede pública federal.

Diante do exposto, os dados evidenciam que o mercado de trabalho em São José dos Campos é constituído, majoritariamente, por instituições de natureza pública, como Prefeitura, Fundação Casa, Previdência Social e Centro Técnico Aeroespacial, seguindo a tendência histórica de maior concentração profissional nesse setor. Das públicas, destacam-se as de âmbito municipal.

Na sequência, o estudo apontou que 28,8% dos profissionais trabalham no setor privado (escolas e entidades sociais), demonstrando que o terceiro setor aparece como um nicho expressivo de inserção profissional, constituindo-se no segundo maior empregador dos assistentes sociais que participaram da pesquisa. Trata-se de um dado relevante que aponta para um crescente processo de privatização das políticas públicas na cidade.

Esse processo evidencia a lógica neoliberal, que propugna a “desresponsabilização” do Estado na garantia do atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores. Além disso, também a disseminação de uma ideologia que considera caber à sociedade a responsabilidade pelo enfrentamento da questão social pela via da solidariedade, e não pela via do direito.

Constata-se que, nos espaços políticos onde há a predominância dessa ideologia, ocorre o enxugamento dos gastos públicos na área social, legitimando a proposta neoliberal. Nesse contexto, segundo Yazbek (2009, p. 138),

[...] ganham evidência as defesas de alternativas privatistas para a ‘questão social’, crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não governamentais, sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, envolvidas na construção de uma esfera de interesse público, não estatal. Emergem como alternativas em face da delimitação da ação social do Estado neoliberal e pelo papel subsidiário que cabe ao Estado neste contexto, no âmbito da Proteção Social, propostas seletivas, reducionistas, apenas suficientes para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural.

Diante disso, o Estado tem regulamentado e fortalecido, de modo contínuo e crescente, o nomeado terceiro setor para administrar e executar políticas sociais, materializando seu abandono quanto ao papel de financiador e operacionalizador dos serviços públicos, deixando essa tarefa à revelia da sociedade civil e do mercado.

Seguindo essa ótica, afirma-se a necessidade de o Estado ultrapassar a administração pública tradicional e se manter na condição de regulador do desenvolvimento econômico e social, evidenciando o deslocamento dos serviços públicos para o atendimento das necessidades sociais dos trabalhadores, em favor de sua privatização. Desse modo, impondo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais de abrangência universal.

Esse contexto sócio-histórico atravessa e conforma o mercado de trabalho do Serviço Social incidindo no cotidiano desse profissional, de maneira a afetar suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida dos usuários. Com isso, intensificam-se os processos de contratação temporária, sem direitos e garantias trabalhistas, além da crescente

terceirização da mão de obra profissional por parte de empresas que prestam serviços aos governos. Assim, confirmam-se a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho, o aumento da exploração e a desregulamentação do trabalho profissional, por meio de contratações pontuais e em decorrência das novas formas de gestão das políticas, seja por projeto ou por tarefa.

Em alguns campos de atuação, como é o caso da habitação social, entre outros, a terceirização vem se consolidando como novo modelo de produção e gestão da habitação, no qual o projeto, a obra, a operação, sua fiscalização e gerenciamento, bem como o trabalho social passam a ser contratados através de processos licitatórios, sem que, no entanto, a administração pública consiga manter a regulação e o controle estratégico de todo o processo. (RAICHELIS, 2009, p. 383).

Na terceirização, o elemento terceirizado são as atividades, e não o trabalhador ou a empresa que as executarão: estes fazem parte do processo. Desse modo, a terceirização das políticas sociais, *locus* privilegiado de intervenção profissional do assistente social, implica em consequências diretas nas relações profissionais com usuário e instituição.

Na relação com o usuário, um dos entraves é a rotatividade de profissionais, que não permite a construção de vínculos entre ambos, além de provocar a descontinuidade nas ações realizadas. O que é mais perverso nessa dinâmica da terceirização dos serviços é que se trata de um mecanismo que viabiliza a divisão entre direito e serviço, fetichizando o papel do Estado nesse processo. Na relação com a instituição, o assistente social fica submetido à gestão da empresa que o contratou, bem como da empresa na qual desenvolve seu trabalho, o que pode gerar conflitos na tomada de decisões, na resolução de problemas e na identificação das atribuições e competências profissionais, além de outras objeções.

Verifica-se também o uso de diversas formas de terceirização, no âmbito da política de assistência social, “pela mediação de empresas ou de ONGs, na contratação de profissionais e na prestação de serviços socio-assistenciais, configurando-se a ação indireta do Estado na produção dos serviços públicos” (RAICHELIS, 2009, p. 383). Dessa forma, os impactos das mudanças relativas aos processos produtivos têm rebatimentos diretos no mercado de trabalho do Serviço Social, com uma progressiva e crescente desregulamentação do trabalho.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 1992, p. 143-144).

Quanto à área de atuação profissional, os resultados mostram que 28 assistentes sociais (62,2%) inserem-se na assistência social, seguidos de oito profissionais (17,9%) na saúde, três (6,7%) na educação e, com o mesmo índice, também três (6,7%) no campo sociojurídico. Posteriormente, dois (4,4%) atuam em empresas e, por fim, um (2,2%) na Previdência Social.

Verifica-se que a Seguridade Social aglutina 82,3% dos profissionais. Em seu tripé, a assistência social é o setor de maior concentração: 28 assistentes sociais – representando 62,2% do universo pesquisado – atuam nessa política. Pode-se dizer, inclusive, que esse dado reflete a tendência geral do país, impulsionada pela implantação, em 2004, do Sistema Único de Assistência Social, e pela instituição, no ano de 2006, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB-RH/Suas, que exige a presença de assistentes sociais nas equipes de trabalho.

A expansão de profissionais na área da assistência social é confirmada pelo Censo Suas de 2010. De acordo com esse documento, no período entre 2007 e 2010 houve um aumento de 19,1% de trabalhadores nessa área. O documento não registra a representatividade de assistentes sociais nesse universo, apenas indica que, no ano de 2010, 48,7% do quadro de recursos humanos do Suas era formado por profissionais com nível superior.

Referente às suas condições de trabalho, dos 45 assistentes sociais que participaram da pesquisa, 25 informaram que não têm condições adequadas de trabalho, perfazendo um total de 55,6% do universo pesquisado. Ressalta-se que, entre os 18 profissionais que responderam ter condições adequadas de trabalho, apenas cinco mantiveram coesão em suas respostas, ao passo que os demais apresentaram claras restrições nesse âmbito. Diante do exposto, verifica-se que a maioria dos profissionais encontra limitações efetivas em suas condições de trabalho, visto que, dos 45 assistentes sociais que responderam ao questionário, somente cinco não apresentaram objeções quanto a esse aspecto, embora muitas vezes tais limitações não sejam reconhecidas por eles.

Isso demonstra a necessidade de o profissional ter clareza sobre a sua condição de trabalhador assalariado para não incorrer em uma apreensão superficial e mistificadora desse processo. Ao se negligenciarem as relações sociais, por meio “das quais se dá a realização da atividade profissional, considerando apenas a qualidade do trabalho, corre-se o risco de resvalar a explicação para uma análise a-histórica, ainda que em nome da tradição marxista” (IAMAMOTO, 2007, p. 216). Para que o assistente social desenvolva uma intervenção de qualidade é imprescindível a existência de meios de trabalho adequados, isto é, para a sua força de trabalho entrar em ação/movimento precisa do que Marx (1968) denomina de instrumental de trabalho. Sendo este de propriedade dos empregadores, deve ser colocado à sua disposição.

Dos problemas e constrangimentos que abrangem as suas condições de trabalho, apareceram predominantes em suas respostas os fatores

tempo, carga horária e excesso de demandas: 20 assistentes sociais apresentaram queixas dessa natureza. Os depoimentos⁶ abaixo são emblemáticos para o reconhecimento dessa realidade:

Nossa maior dificuldade é quanto ao tempo, pois foi reduzida a carga horária do assistente social; porém, continuamos com as mesmas atribuições e demandas. A falta de tempo compromete a qualidade de nosso trabalho, desde os aspectos de planejamento, discussão e avaliação, bem como o atendimento, registro e articulação. (N. C. F.).

Tempo insuficiente diante da demanda complexa de trabalho e o número de famílias que atendo. Há prazos curtos a serem cumpridos para intervir em situações complexas, visto que há situações que demandam maior tempo para avaliar, orientar, encaminhar e ter retorno da rede socioassistencial, entre outros. (C. C. S.).

Com relação à estrutura física, a falta ou inadequação de salas para atendimentos e reuniões, bem como as barreiras arquitetônicas, foram sinalizadas por 18 profissionais. Quanto a esse aspecto, dizem:

Não possuo condições de trabalho adequadas. A sala de atendimento é pequena e insuficiente para os profissionais da Unidade. Temos que fazer um rodízio na agenda. As escadas são um dificultador para os idosos, gestantes e deficientes. Devido à demanda excessiva de usuários para apenas uma profissional, que sou eu, o trabalho social acaba ficando no imediatismo. (F. B. D. M.).

Atualmente, o local onde fica a sala do Serviço Social é totalmente inadequada devido ao barulho intenso das crianças. É quase impossível atender às famílias na saída e entrada das crianças, momento em que o Serviço Social é mais procurado. A unidade em que trabalho no momento está comprometida como um todo com relação à estrutura física, situação que já se sustenta por anos na instituição. Infelizmente. (C. R. S.).

Na sequência, 14 assistentes sociais pontuaram a ausência de recursos materiais, como computadores, veículos para visitas e outros equipamentos necessários ao desenvolvimento do seu trabalho. Assim, registraram que:

Concretização dos encaminhamentos, pois faltam programas e projetos para a inserção dos usuários. (E.).

Quanto aos recursos, esses nunca são suficientes para a demanda atendida, uma vez que a vulnerabilidade social aumenta e o recurso

⁶ Para preservar a identidade dos entrevistados, optou-se por manter abreviados os seus nomes.

não acompanha essa demanda que chega cotidianamente aos serviços socioassistenciais. (S. S.).

A escassez de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviço público. A precarização nos campos da saúde, da educação, da habitação, dentre outros. (Z. A. L. G.).

A escassez generalizada de recursos nos espaços sócio-ocupacionais comprova a “desresponsabilização” do Estado e das instituições empregadoras no tocante ao desenvolvimento do trabalho profissional. Aos profissionais são colocados entraves de toda ordem. Segundo Druck (2009), as condições atuais de trabalho sofrem um processo de degradação crescente, em que a precarização, através das suas múltiplas faces, torna-se fria e perversa. No contexto dos últimos 20 anos, a precarização tornou-se um fenômeno mundial, como uma estratégia econômico-política.

A carência de pessoal para compor a equipe técnica também foi explicitada por sete profissionais. Para eles, a “alta demanda para poucos técnicos, agrava a situação de prontuários na gaveta de demanda reprimida” (F. B.). Alertam, ainda, que são insuficientes os “recursos humanos existentes no equipamento” (A. C. J. M. R.), evidenciando, desse modo, a “defasagem na equipe técnica e de apoio” (E. F. L. G.).

Em seguida, seis assistentes sociais falaram sobre a restrição em sua autonomia profissional; três pontuaram a inexistência e/ou ineficácia de serviços, programas e projetos para o atendimento às necessidades dos usuários. Ainda foram mencionados outros problemas quanto às condições de trabalho. Observe:

Pouca privacidade e autonomia, acúmulo de funções e burocracia. Dificuldade dos gestores de entendimento do papel interventivo do Serviço Social. Acesso restrito à equipe multidisciplinar e pouca articulação política. Restrito acesso às informações técnico-administrativas e chefia imediata com outra formação acadêmica. (S. T.).

Falta de supervisão técnica para o alinhamento teórico e metodológico, uma vez que os profissionais compreendem sua intervenção baseada em sua visão de mundo e que, às vezes, se diverge da ideal naquele contexto. Limitação da possibilidade de criação e intervenções privilegiando o indivíduo. (Z. R. S.).

A instituição em que atuamos tem sua gênese na Ditadura Militar, com fins e objetivos de manter a ordem. Trata-se de reajustar adolescentes-problema. Com a lógica da tecnocracia, a burocracia se torna um obstáculo, uma camisa de força, impedindo a execução do trabalho socioeducativo. As tarefas exigidas correspondem apenas às formalidades, o que importa é a rotatividade dos adolescentes, enquanto a estrutura montada, física e administrativa, corresponde ao vigiar e punir. (R. R. N.).

É nítido, nos depoimentos dos assistentes sociais, o processo de precarização em suas condições de trabalho, além de outros agravantes, como a burocracia, as divergências teóricas entre a equipe e o controle institucional sobre os profissionais e os usuários. Quanto a este último entrave, ressalta-se que, atrelada à função econômica da assistência social e às demais políticas para garantir a expansão do capital, tem-se outra igualmente importante: a função ideológica, que se “aderiu fortemente à prática social, expressando-se através da tácita ou explícita repressão sobre a organização da classe trabalhadora e sobre sua expressão política” (MARTINELLI, 2003, p. 99).

Assim, muitos profissionais demonstram conviver com aspectos diversos de um trabalho desgastante, limitado, enfadonho e precarizado. O processo de precarização que conforma o trabalho na atualidade tem se tornado, segundo Druck (2011, p. 42), um fenômeno central nesta fase de desenvolvimento do capital. Para a autora,

Na era da acumulação flexível, as mudanças trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado.

A precarização promove uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, redundando em perdas de direitos e de empregos e fragilizando os vínculos e a saúde dos trabalhadores. Um dos sintomas do processo de precarização – consequência da reestruturação produtiva – é a intensificação do próprio trabalho. Não por acaso, a falta de tempo, a carga horária e o excesso de demandas foram os aspectos mais sinalizados pelos assistentes sociais.

Situados em uma dinâmica societária, orientada pelos preceitos da reestruturação produtiva, os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores, submetem-se à lógica da flexibilização e da precarização do trabalho. Na condição de profissionais assalariados, suas ações são tensionadas pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada, portanto, nos dilemas da alienação e das determinações sociais que os afetam, ainda que tais dilemas se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo.

O trabalho assalariado na sociedade contemporânea constituiu-se como uma forma de aprisionamento do trabalhador, na medida em que seu modo de organização e de gestão está vinculado a mecanismos de dominação e opressão que degradam as condições de trabalho e adoecem, física e psiquicamente, os sujeitos, alterando toda a sua rede de relações sociais.

Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o trabalho profissional tem sido incessantemente metamorfoseado, centrando-se nos interesses do capital e não nas necessidades dos trabalhadores. Subsumido ao capital, o trabalho se converteu em um meio de produzir riquezas; na perspectiva capitalista, a propriedade privada, a lei do mercado, a divisão e a alienação do trabalho formam um elo que aprisiona e embrutece quem o realiza.

Assim, pode-se afirmar que os assistentes sociais entrevistados vivenciam um trabalho alienado, precarizado, subjugado e obrigatório, em outros termos, um trabalho miserável. Diz Marx (1968) que o modo de existência quantitativo do trabalho é o tempo de trabalho uniforme e indiferenciado, simples, por assim dizer, despido de toda qualidade. Portanto, o modo de produção capitalista, em seu estágio atual de financeirização da economia, e os avanços do ideário neoliberal, acentuam a precarização do trabalho, atingindo diretamente os assistentes sociais.

Desse modo, entender o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e “identificar o seu *sujeito vivo* como trabalhador assalariado, implica problematizar como se dá a relação de compra e de venda dessa força de trabalho a empregadores diversos” (RAICHELIS, 2011, p. 423 – grifos da autora). Assim, para além da análise do serviço social como trabalho concreto (MARX, 1968), munido de qualidades específicas para responder às demandas que lhe são postas, tendo como suportes de ação os recursos materiais e seu acervo técnico-intelectual, o trabalho do assistente social adquire um caráter abstrato na medida em que passa a ser mediado pelo mercado. Isto é, pela produção, troca e consumo das mercadorias (bens e serviços) dentro da divisão social do trabalho.

Verifica-se, portanto, no desenvolvimento do seu trabalho, uma tensão entre o projeto profissional – o qual o afirma como um sujeito dotado de liberdade e de teleologia, ou seja, um ser prático social, capaz de elaborar projeções e de concretizá-las – e a sua condição de trabalhador assalariado.

Dessa maneira, situa-se nas particularidades do seu trabalho o clássico dilema entre causalidade e teleologia, “entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito” (IAMAMOTO, 2007, p. 416). Logo, por um lado interpõem-se, no exercício profissional, os condicionantes do estatuto assalariado; por outro, assegura-se ao assistente social relativa autonomia na sua condução, sendo esta respaldada por aparatos legais.

Desta feita, a análise do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e sua prática como concretização de processos de trabalho, que têm como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social, implicam entender que as dimensões constitutivas do fazer profissional articulam-se aos elementos fundamentais de todo e qualquer trabalho, isto é, ao

[...] objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre

o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. (ABEPSS, 1996, p. 12).

O trabalho do assistente social é uma das práticas sociais realizadas pelo homem e, assim, um processo de objetivação do ser social. O homem como ser social diferencia-se do ser natural através de seu trabalho e, a partir de suas necessidades, transforma a natureza e a si mesmo, delineando-se no seu próprio produto final.

Para desenvolver o seu trabalho, o profissional realiza um processo de prévia ideação: uma antecipação ideal da finalidade que pretende alcançar. A sua ação indica uma intencionalidade pautada em componentes ético-políticos e teórico-metodológicos que expressam a sua visão de homem, de mundo e de sociedade, mediante a invocação de valores que a legitimam e da escolha de meios para concretizá-la. Os meios de trabalho são, para Marx (1968, p. 298), “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”. Acrescenta o autor:

Além das coisas que mediam a atuação do trabalho sobre seu objeto e, por isso, servem, de um modo ou de outro, de condutor da atividade, o processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. Estas não entram diretamente nele, mas sem elas ele não pode decorrer ao todo ou só deficientemente. (MARX, 1968, p. 299).

No Serviço Social, os meios de trabalho são considerados potencializadores da ação humana sobre o objeto (ABEPSS, 1996). Contudo, parte expressiva desses meios de trabalho necessários à intervenção do assistente social (recursos materiais, financeiros e humanos) é disponibilizada pelos empregadores. Portanto, são eles, em última instância, os responsáveis por articularem as condições necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho.

Considerações finais

Sintetizando as reflexões apresentadas nesse artigo, reafirma-se que a crise do capital e as transformações contemporâneas no mundo do trabalho instituíram profundas redefinições na sociedade, no Estado e nas políticas sociais, refletindo nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais. Nessa direção, foram exemplares as dificuldades mencionadas pelos assistentes sociais participantes da pesquisa: 88,9% declararam objeções que revelam o processo de precarização do seu trabalho, vivenciado através da intensificação de suas atividades cotidianas, do aumento de suas demandas e da indisponibilidade de tempo para uma intervenção qualificada.

Ao mesmo tempo em que os assistentes sociais evidenciaram através institucionais para o desenvolvimento do seu trabalho, elucidaram o modo de agir do Estado, ou seja, suas respostas frente às expressões da questão social, mediadas, sobretudo, por políticas compensatórias e focalizadas.

Pode-se afirmar que, em todas as áreas de atuação profissional, prevalece um processo de deterioração das condições de trabalho dos assistentes sociais, as quais devem ser analisadas em suas particularidades. Diante desse contexto, observou-se certo desânimo, passividade e até mesmo sofrimento nos profissionais pesquisados, o que permite afirmar que esse processo interfere não apenas nas questões objetivas do seu trabalho, mas na sua própria subjetividade.

A convivência diária com demandas que expressam o quadro de desigualdade social e as múltiplas formas de opressão e de violação de direitos a que estão submetidos os usuários, leva-os muitas vezes a situações de adoecimento, com alto nível de estresse, desgaste físico e emocional. O que acaba por justificar suas lamúrias quanto à falta de recursos, de liberdade e de possibilidades para um trabalho qualificado e prazeroso, dando a sensação de certa desesperança em relação à profissão, ao contexto econômico e social e ao próprio futuro.

Diante disso, avalia-se que, embora os assistentes sociais almejem certas condições e/ou possibilidades interventivas, suas atividades estão sujeitas à sua condição de trabalhador assalariado. Portanto, do mesmo modo que na produção social de sua existência os homens estabelecem “relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, 1974, p. 129), na objetivação de sua prática profissional as ações empreendidas são determinadas pela divisão sociotécnica do trabalho, correspondendo a certo grau de desenvolvimento dessa estrutura.

Por outro lado, mesmo possuindo relativa autonomia na condução de seu trabalho, sendo esta respaldada por aparatos legais, ficou explícita, nas respostas dos assistentes sociais, certa imobilidade quanto às alternativas de enfrentamento desse quadro. Não houve indicativos de organização coletiva ou mesmo de posicionamentos individuais para responderem às situações de violação de direitos vivenciadas, tanto pelos usuários, quanto pelos próprios assistentes sociais.

A atitude solitária do profissional frente a essa realidade, somada aos riscos da rotina, da burocracia e da pressão institucional, pode levar à naturalização ou à mera aceitação de um contexto de trabalho perverso, que se contrapõe radicalmente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Por isso, a negação dessa situação é fundamental e impõe-se a ela a luta coletiva para construir novas sociabilidades. Assim, analisar o Serviço Social nessa perspectiva permite

[...] apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social. **Objetivas:** no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. **Subjetivas:** no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social. (YAZBEK, 2009, p. 128).

Nesse sentido, vale salientar que, embora a profissão esteja condicionada a fatores estruturais, conjunturais e institucionais que ultrapassam a vontade dos seus agentes, ela também é fruto e expressão dos sujeitos que a constroem cotidianamente. Portanto, mesmo sob condições historicamente determinadas, que independem de sua vontade, são os homens que fazem a história (MARX; ENGELS, 1989), daí exercerem papel fundamental na construção, manutenção e transformação da sociabilidade.

Referências

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS EM EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

BAPTISTA, M. V. A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. *A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento*. São Paulo: Veras Editora. 2009.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.

2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm

BOSCHETTI, I. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

_____. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social Europeus. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 112, out./dez. 2012.

CAROLINA, J. País terá de colocar cerca de 1 milhão de crianças na pré-escola até 2016. *Último segundo*, 17 fev. 2014. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-02-17/pais-tera-de-colocar-cerca-de-1-milhao-de-criancas-na-pre-escola-ate-2016.html>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CFESS (org.). *Assistentes sociais no Brasil*. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília/Maceió: UCFESS/Ufalcress. 2005.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996.

_____. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. Praga: Editora Hucitec. 1997.

CORSI, F. L. Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. As estratégias de desenvolvimento na América Latina. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL. Lisboa. 2010.

DRUCK, G. Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil (versão preliminar). In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA. Rio de Ja-

neiro, jul. 2009. Disponível em: <www.coloquio-sso.blogspot.com/2010/04/coloquio.html>. Acesso em: 15 mar. 2015.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 112, out./dez. 2012.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 1992.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e a questão social*. São Paulo: Cortez. 2007.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SERVIÇO SOCIAL. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss. 2009.

LEFÈBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Ática. 1991.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Campinas: Unicamp. 1990.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez. 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira. 1968

_____. *Para a crítica da economia política e outros escritos*. São Paulo: Abril. 1974.

_____. *O capital* (inédito). São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editora. 2002.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez. 2001.

O GLOBO. *Brasil registra segunda maior alta em imóveis residenciais entre 23 países*. 9 jan. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/brasil-registra-segunda-maior-alta-em-imoveis-residenciais-entre-23-paises-11252967>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PRATES, J. C. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC-RS. 2003.

RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SERVIÇO SOCIAL. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss. 2009.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 107. 2011.

RELATÓRIO da OIT sobre a tendência do emprego jovem: uma geração em risco. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31124-relatorio-da-oit-sobre-tendencias-do-emprego-jovem-uma-geracao-em-risco>. Acesso em 15 dez.2015.

RELATÓRIO de economia bancária e crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2012.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 104, out./dez. 2010.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez. 2004.

SOARES, L. T. R. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record. 2003.

TRINDADE, R. L. P. Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir dos dez anos de pesquisa sobre a realidade de Alagoas. In: COLÓQUIO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL. Maceió. 2010. Disponível em: <<http://coloquio-ssso.blogspot.com>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SERVIÇO SOCIAL. *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss. 2009.

Recebido em 30 de julho de 2015.

Aprovado para publicação em 23 de outubro de 2015.

DOI: 10.12957/rep.2015.21055



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.